



PLANEJAMENTO *Estratégico*

2021-2026

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Campinas/SP

1ª REVISÃO TÉCNICA 2025

COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

Ana Paula Pellegrina Lockmann

DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRT-15

HELICIO DANTAS LOBO JUNIOR

DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES

DESEMBARGADOR CORREGEDOR REGIONAL

ANDREA GUELFY CUNHA

DESEMBARGADORA GESTORA DE METAS

SÉRGIO POLASTRO RIBEIRO

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA

AMANDA BARBOSA

JUÍZA TITULAR DA 4ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO

ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA SCHLOSSER

DIRETOR-GERAL

ANA SILVIA DAMASCENO CARDOSO BUSON

SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

LUIZ HENRIQUE DE FREITAS PEREIRA

SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS

WILTON BORBA CANICOBA

DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

EDISON DOS SANTOS PELEGRINI

DESEMBARGADOR VICE-CORREGEDOR REGIONAL

LEVI ROSA TOMÉ

DESEMBARGADOR COORDENADOR DA COMISSÃO DE
PRIORIZAÇÃO DE 1º GRAU

LÚCIA ZIMMERMANN

JUÍZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA REGIONAL

ADRIANA MARTORANO AMARAL CORSETTI

SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

PAULO EDUARDO DE ALMEIDA

SECRETÁRIO-GERAL JUDICIÁRIO

HERBERT WITTMANN

SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

IARA CRISTINA GOMES

ASSESSORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

(Portaria GP Nº Portaria GP Nº 022/2025)

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO - ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA:
IARA CRISTINA GOMES, HELEN PAES, DANIEL GRANATO E LUIZA VALENTE.

SUMÁRIO

- 01** CONTROLE DE VERSÕES
- 02** APRESENTAÇÃO
- 03** REVISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO
- 04** MISSÃO, VISÃO E VALORES
- 05** CADEIA DE VALOR
- 06** AMBIENTE INTERNO E EXTERNO
- 07** MAPA ESTRATÉGICO DO TRT-15
- 08** MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO 2021-2026
- 09** ALINHAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS AOS MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO
- 10** PERSPECTIVAS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E METAS
- 11** RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO E ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS



CONTROLE DE VERSÕES

VERSÃO 1.0	06/07/2021	<p>➔ Primeira Versão</p>
VERSÃO 2.0	01/04/2025	<p>➔ Inclusão dos valores “agilidade” e “sustentabilidade”</p> <p>➔ Inclusão dos seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Índice de Satisfação - IS • Índice de Ações Integradas de Comunicação Social - IAIC • Índice de Divulgação da Memória Institucional - IDMI • Índice de Inovação - II • Índice de Combate ao Trabalho Infantil - ICTI • Índice de Desempenho do Trabalho Decente - IDTD • Índice de Desempenho Ambiental - IDA • Índice de Desenvolvimento Sustentável (TRT-15) - IDS • Índice de integridade - IIInt • Índice de capacitação em precedentes obrigatórios - ICPO • Índice de efetividade das ações de melhoria da governança pública - IEAMGP • Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária - IAPEX • Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária de projetos - IAPEP • Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores – IPSMS • Índice de efetividade da prevenção e do enfrentamento da violência, do assédio e da discriminação – IEPEVAD • Índice de conformidade com a privacidade e proteção de dados dos usuários - ICPPDU <p>➔ Exclusão dos seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Índice de Integração da Agenda 2030 ao Poder Judiciário • Índice de Transparência (Res. 215/325-CNJ) • Índice de Realização de Audiências nos CEJUSCs (formato anterior) • Tempo Médio de Tramitação de Processos Administrativos Disciplinares • Índice de Desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança” e “Qualidade da informação”. Res. 325/CNJ • Índice de Execução das dotações para Despesas Discricionárias • Índice de Processos Judiciais Eletrônicos • Índice de satisfação com os sistemas de TIC

APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região apresenta o Plano Estratégico Institucional – Ciclo 2021–2026, ora revisado com o objetivo de assegurar seu permanente alinhamento à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, instituída pela Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça. A atualização considera, igualmente, as disposições da Resolução nº 388/2024 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que aprovou a revisão do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho para o período de 2024 a 2026, garantindo a convergência do planejamento institucional às diretrizes estratégicas nacionais.

O Plano Estratégico Institucional está estruturado em objetivos, metas, indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas que, de forma integrada, orientam a execução da estratégia e permitem mensurar a evolução da atuação institucional ao longo do ciclo de planejamento, contando atualmente com o total de 21 indicadores estabelecidos.

As metas nacionais do Poder Judiciário podem ser consultadas no portal do CNJ, disponível em: <https://www.cnj.jus.br/gestao-estrategica-e-planejamento/metas/>. As metas da Justiça do Trabalho podem ser acompanhadas no painel estatístico do CSJT, disponível em: <https://www.csjt.jus.br/web/seggest/estatistica>. No âmbito deste Tribunal, as metas podem ser acompanhadas por meio da página de Estatísticas, disponível em: <https://trt15.jus.br/transparencia/estatisticas-processuais>.

Os resultados são apurados anualmente e disponibilizados para consulta pública na página de Gestão Estratégica do Tribunal, no endereço: <https://trt15.jus.br/institucional/gestao-estrategica>

Desse modo, a presente revisão preserva a identidade institucional do Tribunal e promove os ajustes necessários em diretrizes, objetivos, indicadores e metas, fortalecendo a gestão estratégica e orientando a atuação administrativa e jurisdicional de forma integrada, consistente e aderente às prioridades da Justiça do Trabalho.

REVISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Metodologia e Fundamentação

A revisão do Plano Estratégico foi conduzida pela Assessoria de Gestão Estratégica, unidade técnica responsável pela coordenação do planejamento institucional, e submetida à apreciação do Comitê de Governança e Estratégia, instituído pela Portaria GP nº 22/2025.

O processo foi desenvolvido de forma participativa, com o envolvimento de magistrados(as), servidores(as) e áreas técnicas, por meio de reuniões e coleta de contribuições institucionais, assegurando ampla escuta e alinhamento às necessidades organizacionais.

A revisão observou as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 387/2024, que dispõe sobre o alinhamento dos Planos Estratégicos dos Tribunais Regionais do Trabalho ao Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho (PE-JT), especialmente quanto:

I – à identidade da Missão com a da Justiça do Trabalho;

II – à observância dos Objetivos Estratégicos nacionais;

III – à replicação dos valores, indicadores e metas definidos no âmbito da Justiça do Trabalho;

IV – à possibilidade de inclusão de aspectos específicos relacionados às peculiaridades institucionais;

V – à recomendação de adoção anual de número limitado de indicadores por objetivo estratégico.

A metodologia adotada observou o Guia de Planejamento e Revisão da Estratégia da Justiça do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, admitindo-se os acréscimos necessários à adequação do Plano às especificidades institucionais do Tribunal.

A partir desse processo, a revisão delineou de forma clara os Objetivos Estratégicos, indicadores e metas, permitindo o acompanhamento do desempenho institucional e o aprimoramento contínuo da atuação do Tribunal, com vistas ao fortalecimento de uma Justiça do Trabalho mais acessível, eficiente e equitativa.

MISSÃO, VISÃO, VALORES

MISSÃO

Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

VISÃO

Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país.

VALORES

Acessibilidade; Comprometimento; Efetividade; Eficiência; Ética; Inovação; Respeito à diversidade; Segurança jurídica; Responsabilidade Socioambiental, Transparência; Valorização das pessoas; Celeridade; Credibilidade Solidarieade Social, Agilidade e Sustentabilidade.



CADEIA DE VALOR



AMBIENTE INTERNO

FORÇAS

- APERFEIÇOAMENTO E IMPLANTAÇÃO DAS SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
- FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E COMPROMETIMENTO DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES
- INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA
- CELERIDADE NA FASE DE CONHECIMENTO
- POLÍTICA DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS DE CONFLITOS
- SISTEMAS ADMINISTRATIVOS EFICIENTES
- TRANSPARÊNCIA
- CAPACIDADE DE INOVAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS ADVERSIDADES

FRAQUEZAS

- INSUFICIÊNCIA DO QUADRO DE PESSOAL
- DEFICIÊNCIA DA DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO
- DEFICIÊNCIA NA COMUNICAÇÃO DA ESTRATÉGIA E ENTRE AS UNIDADES, SUBUTILIZANDO O TELETRABALHO
- POUCO INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
- BAIXA EFETIVIDADE NAS EXECUÇÕES TRABALHISTA E FISCAL
- DEFICIÊNCIA NA COMUNICAÇÃO INTERNA/EXTERNA
- POUCA MATURIDADE EM GESTÃO DE PESSOAS
- POUCA VALORIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE GESTÃO E GOVERNANÇA
- AMPLIAÇÃO DA UNIFORMIZAÇÃO DAS ROTINAS DE TRABALHO

AMBIENTE INTERNO E EXTERNO

AMBIENTE EXTERNO

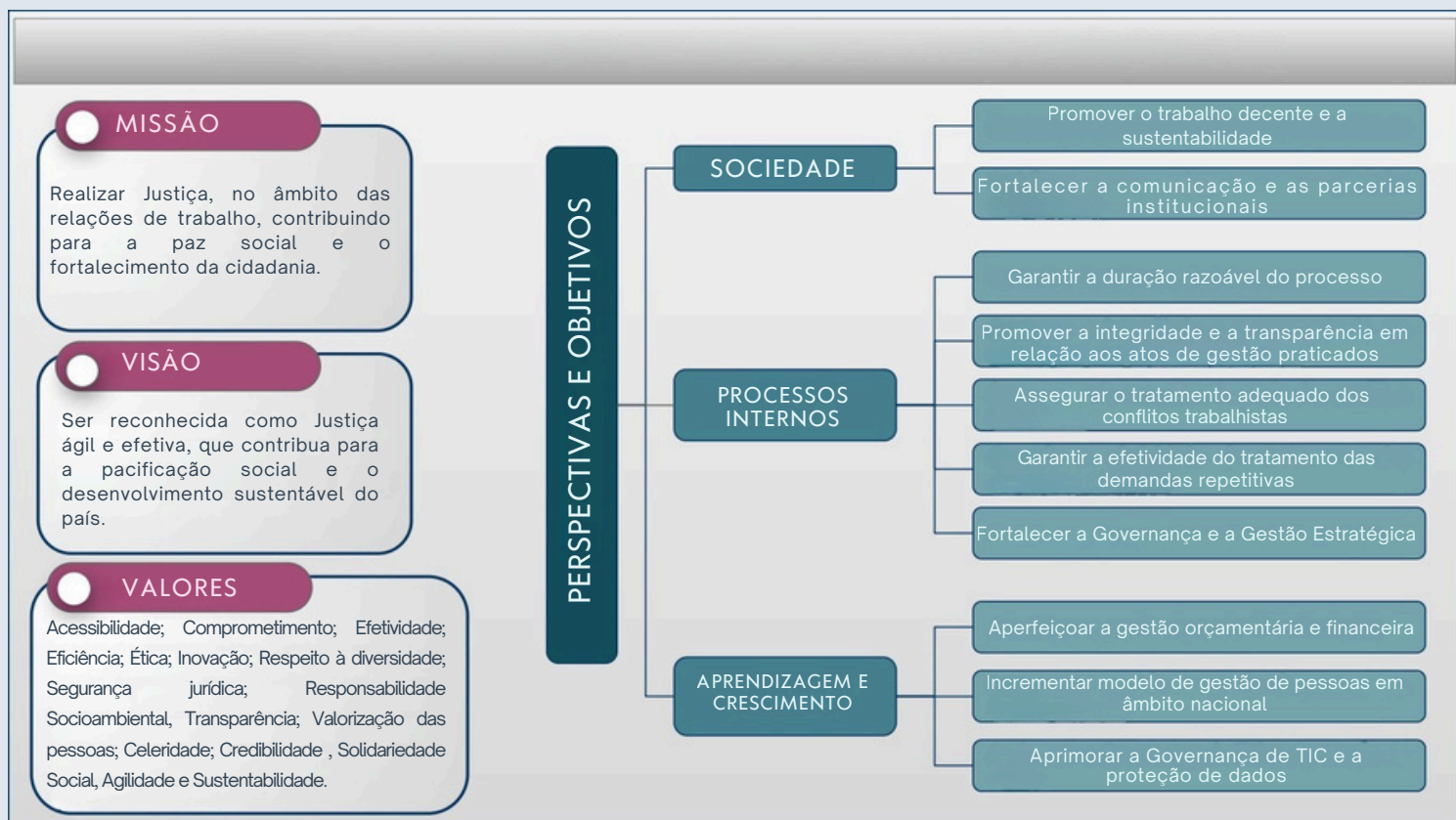
OPORTUNIDADES

- MAIOR COMUNICAÇÃO ENTRE OS TRIBUNAIS PARA INTERCÂMBIO DE BOAS PRÁTICAS
- INOVAÇÃO TECNOLÓGICA APLICÁVEL À JUSTIÇA DO TRABALHO
- FOMENTAR PARCERIAS INSTITUCIONAIS
- INOVAÇÕES EM GESTÃO DE PESSOAS E DO TRABALHO, COM A DEVIDA DIVULGAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DAS IDEIAS

AMEAÇAS

- ACENTUADA RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- AUMENTO DA DEMANDA
- PERCEPÇÃO EQUIVOCADA DA RELEVÂNCIA DOS DIREITOS SOCIAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
- QUESTIONAMENTO DA RELEVÂNCIA DOS DIREITOS SOCIAIS E DA JUSTIÇA DO TRABALHO
- CENÁRIO POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO DESFAVORÁVEL
- IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19
- REDUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO
- FALTA DE UMA POLÍTICA SALARIAL PARA REPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL
- BAIXA QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÃO NO PAÍS

MAPA ESTRATÉGICO DO TRT 15



MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO 2021-2026



ALINHAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS AOS MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO

Perspectiva	Macrodesafios (CNJ)	Objetivos Estratégicos (CSJT)
Sociedade	Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade	Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais
	Garantia dos direitos fundamentais	
	Promoção da sustentabilidade	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade
	Garantia dos direitos fundamentais	
Processos Internos	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.	Garantir a duração razoável do processo
	Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados.
	Prevenção de litígio e adoção de soluções consensuais para os conflitos.	Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas
	Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios.	Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas
	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Fortalecer a governança e a gestão estratégica
Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional
	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados

PERSPECTIVAS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E METAS

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (CSJT)	INDICADORES (CNJ/CSJT/TRT15)	METAS (CNJ/CSJT/TRT15)
SOCIEDADE	FORTALECER A COMUNICAÇÃO E AS PARCERIAS INSTITUCIONAIS	Índice de satisfação - IS (CSJT)	Meta em construção
		Índice de ações integradas de comunicação social - IAIC (CSJT)	2025 e 2026: aderir a 100% das ações conjuntas de comunicação social definidas no Calendário Nacional Anual de Ações Conjuntas de Comunicação Social da Justiça do Trabalho.
		Índice de divulgação de memória institucional - IDMI (CSJT)	2025: alcançar 50% do índice de divulgação de memória institucional até dezembro de 2025. 2026: alcançar 100% do índice de divulgação de memória institucional até dezembro de 2026.
	PROMOVER O TRABALHO DECENTE E A SUSTENTABILIDADE	Índice de inovação - II (CSJT)	Meta Nacional 9 de 2025: Estimular a inovação no Poder Judiciário. Desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade.
		Índice de combate ao trabalho infantil - ICTI (CNJ)	Meta Nacional 10 de 2025: Promover os direitos da criança e do adolescente. Promover, no âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, pelo menos uma ação de combate ao trabalho infantil e de estímulo à aprendizagem, preferencialmente, voltada à promoção da equidade racial, de gênero ou diversidade do público-alvo, por meio do estabelecimento de parcerias interinstitucionais.
		Índice de desempenho do trabalho decente - IDTD (CSJT)	2024, 2025 e 2026: alcançar 100% de desempenho do trabalho decente.
		Índice de desempenho ambiental - IDA (CSJT)	2025: identificar o consumo mensal de energia não renovável do órgão e o descarte de resíduos sólidos em aterro. 2026: a ser definida a partir dos dados identificados em 2025.
		Índice de Desenvolvimento Sustentável - IDS (TRT-15)	2025: Atingir um Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) de 71%, garantindo a implementação de práticas sustentáveis e o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pelo Tribunal e, em 2026: 75%.

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (CSJT)	INDICADORES (CNJ/CSJT/TRT15)	METAS (CNJ/CSJT/TRT15)
PROCESSOS INTERNOS	GARANTIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	Índice de processos julgados – IPJ (CNJ)	Meta Nacional 1 de 2025: Julgar mais processos que os distribuídos. Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025.
		Índice de processos antigos julgados – IPAJ (CNJ)	Meta Nacional 2 de 2025: Julgar processos mais antigos. Identificar e julgar até 31/12/2025 pelo menos, 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e 100% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2020) ou mais.
		Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais – TCLNFISC (CNJ)	Meta Nacional 5 de 2025: Reduzir a taxa de congestionamento. Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40%. Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.
	PROMOVER A INTEGRIDADE E A TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO AOS ATOS DE GESTÃO PRATICADOS	Índice de integridade – IInt (CSJT)	2024: alcançar 100 pontos na avaliação de integridade e transparência.
	ASSEGURAR O TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS	Índice de conciliação – IC (CNJ)	Meta Nacional 3 de 2025: Estimular a Conciliação. Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.
	GARANTIR A EFETIVIDADE DO TRATAMENTO DAS DEMANDAS REPETITIVAS	Índice de capacitação em precedentes obrigatórios – ICPO (CSJT)	2025: capacitar 25% dos magistrados e servidores do 2º grau de jurisdição e 15% dos magistrados e servidores do 1º grau de jurisdição na trilha de aprendizagem de precedentes obrigatórios disponibilizada em plataforma. 2026: capacitar 25% dos magistrados e servidores do 2º grau de jurisdição e 15% dos magistrados e servidores do 1º grau de jurisdição na trilha de aprendizagem de precedentes obrigatórios disponibilizada em plataforma.
	FORTALECER A GOVERNANÇA E A GESTÃO ESTRATÉGICA	Índice de efetividade das ações de melhoria da governança pública – IEAMGP (CSJT)	2025 e 2026: alcançar 100% de efetividade das ações de melhoria da governança definidas no Relatório Sintético da Governança Organizacional Pública da Justiça do Trabalho.

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (CSJT)	INDICADORES (CNJ/CSJT/TRT15)	METAS (CNJ/CSJT/TRT15)
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	Índice de cumprimento da Lei Complementar nº 200/2023 – ICLC200 (CSJT)	2024, 2025 e 2026: pagar até o limite de 100% das despesas primárias, inclusive seus restos a pagar, ao final do exercício financeiro.
		Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária – IAPEX (CSJT)	2024: atingir, respectivamente, 85% e 65% de aderência ao planejamento da execução orçamentária do GND3 e do GND4. 2025: atingir, respectivamente, 90% e 70% de aderência ao planejamento da execução orçamentária do GND3 e do GND4. 2026: atingir, respectivamente, 95% e 75% de aderência ao planejamento da execução orçamentária do GND3 e do GND4.
		Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária de projetos – IAPEP (CSJT)	2024: atingir 50% de aderência ao planejamento da execução orçamentária de projetos. 2025: atingir 65% de aderência ao planejamento da execução orçamentária de projetos. 2026: atingir 75% de aderência ao planejamento da execução orçamentária de projetos
	INCREMENTAR MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS EM ÂMBITO NACIONAL	Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores – IPSMS (CNJ)	Meta Específica da Justiça do Trabalho em 2025: Promover a saúde de magistrados e servidores. Instruir, anualmente, o Plano de Qualidade de Vida do tribunal e alcançar em 2025: a) a participação de pelo menos 10% do número total de magistrados(as) ativos(as) no TRT e de 15% do número total de servidores(as) ativos(as) no TRT, considerando o quantitativo total de participantes distintos no conjunto de ações de qualidade de vida planejadas; b) a realização de exames periódicos de saúde em 15% dos(as) magistrados(as) e 15% dos(as) servidores(as); c) a promoção de pelo menos 3 (três) ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde do ano anterior ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior; d) a promoção de pelo menos 1 (uma) ação em que participem terceirizados(as), estagiários(as) e aprendizes.
		Índice de efetividade da prevenção e do enfrentamento da violência, do assédio e da discriminação – IEPEVAD (CSJT)	2024: alcançar 41 pontos na avaliação de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação para os itens D1.1, D1.2, D1.3, D2.1 e D3.1, até dezembro de 2024. 2025: alcançar 20 pontos na avaliação de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação para os itens D1.4, D2.3.1, D2.3.2, D.2.3.3 até dezembro de 2025. 2026: alcançar 25 pontos na avaliação de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação para o item D4.1, até dezembro de 2026.
	APRIMORAR A GOVERNANÇA DE TIC E A PROTEÇÃO DE DADOS	Índice de conformidade com a privacidade e proteção de dados dos usuários – ICPPDU (CSJT)	Meta em construção

RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO

Os resultados do Plano Estratégico Institucional do TRT-15 são apurados anualmente e disponibilizados para consulta pública na página institucional do Tribunal.

O acesso pode ser realizado por meio do endereço:
<https://trt15.jus.br/institucional/gestao-estrategica>

ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

As iniciativas estratégicas têm a função de apoiar o alcance dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico Institucional, funcionando como ações estruturadas que direcionam esforços, recursos e prioridades do Tribunal.

Elas orientam a execução da estratégia, contribuem para o aprimoramento dos processos e fortalecem o cumprimento das metas definidas para cada ciclo, assegurando que a atuação institucional permaneça alinhada aos resultados esperados.

As informações sobre as iniciativas estão disponíveis em:
<https://trt15.jus.br/institucional/gestao-estrategica/transparencia-e-prestacao-de-contas-iniciativas>



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Campinas/SP

Assessoria de Gestão Estratégica - AGE
age.presidencia@trt15.jus.br